



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Trabalho e Ideologia Burguesa na Construção da Nacionalidade (1910-1945)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Wesley Rodrigues de Carvalho	Universidade Federal Fluminense	UFF	Mestrando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Após a abolição da escravidão e à medida em que relações de produção capitalistas se instauravam na sociedade brasileira, uma disciplina social era requerida para os quadros da nova ordem. Destaca-se nesse sentido uma certa ética do trabalho, não raro difundida de forma deliberada e explícita. Entendendo, então, que a "criação" do trabalhador assalariado não se deu apenas pelo seu lugar de vendedor de força de trabalho, mas também por um investimento ideológico que o conformou nesta posição, analisarei aqui expressões de concepções burguesas de trabalho presentes em discursos definidores da nacionalidade brasileira. Primeiramente, tomarei como exemplos alguns personagens que na década de 1910 e 1920 se dirigiram aos sertões como núcleo da "brasilidade", confrontando concepções modernas de vida com aquela que tinham "caboclos" e "caipiras". Depois, me voltarei ao Estado Novo, momento preponderante da construção nacionalista, observando como suas expectativas de formação de um "homem novo" e de uma "sociedade fundada sobre o trabalho" tem estreita relação com o projeto capitalista que então se desenvolvia no Brasil.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Nacionalidade – Trabalho			
ABSTRACT			
This text is about how a capitalist ethics of labour is announced on discourses of nationality, considering that the making of the working class is also a product of an ideology that frames the man into the position of labour power seller. We will study the discourses that considered, in 1910 and 1920, the rural men of the country to be the true core of Brazil; and the Estado Novo, important moment of the nationality construction, which pretended to create the "new man" and a "society based on labour". Both are related to the development of capitalist social relations in Brazil.			
KEYWORDS			
Nationality – Labour			

Um dos momentos de maior investimento na construção da nacionalidade brasileira foi o Estado Novo, cujo centralismo de poder parecia oferecer concretude às aspirações simbólicas. Ao lado da promoção das lideranças nacionais e da própria União como referências de poder, no bojo da revisão federalista, projetava-se também uma certa noção de sociedade e de homem. Como coloca Severino Sombra, na revista estatal *Cultura Política*,

“Toda concepção econômica, política e social deverá ter por base a ideia-fato: Trabalho. E todo programa voltado para o mundo novo a constituir será contido nessa fórmula: defesa, representação e dignificação do trabalho”¹

1 Severino Sombra, “Trabalho e propriedade: horizontes sociais do Estado Novo”, n 4, junho de 1941, p. 78. *Apud.* Gomes (1982)

O trabalho seria o meio por excelência de superação de problemas sócio-econômicos do Brasil e eixo central de construção da modernidade. Essa ênfase discursiva almeja a formação do “homem novo”, isto é, o cidadão trabalhador. É esta a identidade que o permite integrado a nação, e aqui podemos recordar que o acesso a direitos trabalhistas ou mesmo “sociais” (como a saúde) estava condicionado à inscrição no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio dentro da lógica corporativa que se implantava desde os primeiros anos de 1930. Nesse mesmo sentido, o líder, árbitro acima da sociedade, é idealizado como o “trabalhador brasileiro número um”, e o Estado construtor dessa ordem é a “*expressão política do trabalho nacional*”. Também de passagem, é válido lembrar que na Constituição de 1937, como mais um capítulo de um esforço antigo, o trabalho é instituído como um dever, e a desocupação, um crime. “Produzir” aparecia por vezes como lema iluminador da vida:

“Produzir mais, produzir melhor- nas fábricas, nos campos, nas hortas e nos pomares – é a palavra de ordem que deveremos ter sempre nos ouvidos, alertando-nos e retemperando-nos a vontade e a decisão de atingir o máximo dentro de nossas possibilidades”²

O cidadão trabalhador é posto como responsável pela sua riqueza individual e também pela riqueza do país. Assim, o Estado Novo apresenta uma “*concepção totalista do trabalho*”, isto é, está atento às diversas áreas que influenciam o homem na sua produção. O discurso se colocava ciente da necessidade do Estado de intervir em questões como alimentação e moradia, necessários para a realização de uma “*organização científica do trabalho*”, na medida em que concorrem para o bem-estar do trabalhador. Segundo o Ministro do Trabalho Marcondes Filho:

“Para beneficiar o capital é necessário tornar eficiente o trabalho, e esta eficiência só se obtém melhorando todas as condições do trabalhador. Elevar o nível do empregado, portanto, é um pensamento pelo capital. Mas para beneficiar o trabalhador é preciso que prosperem a indústria e comércio, o que depende, em grande parte, do capital. Evitar os inúteis sacrifícios deste, portanto, é um pensamento pelo trabalhador.”³

E na revista Trabalho e Seguridade Social, temos:

“A tendência da legislação não é outra senão esta: colocar sob o seu pálio tutelar todas as classes que trabalham e produzem, sem discriminação de categorias. Todos os que trabalham e produzem e, portanto, concorrem para o desenvolvimento material e espiritual do país, tem direito à proteção do Estado”⁴

O pensamento “estado-novista” é mistificador e faz parte de discurso sem dúvida até hoje

2 **Vargas, Getúlio.** *Trabalho e Seguridade Social.* Ano 1, n.2, v. 2 Maio de 1935. p. 135

3 **Marcondes Filho.** *Trabalhadores do Brasil.* Rio de Janeiro. Revista Judiciária, 1943. p. 6 *Apud.* **Paranhos, Adalberto.** *O Roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil.* São Paulo. Boitempo, 1999 p. 153

4 **Carvalho, M Cavalcanti.** *Trabalho e Seguridade Social.* Ano 1, n.1, v. 1 Janeiro de 1943. p. 9

vigorante e presente enquanto senso comum. Tal pressupõe a sociedade como todo unitário, com todas as suas partes concorrendo para o mesmo fim de prosperidade, unindo assim a sorte do rico e a do pobre. Concepções muito semelhantes em relação às possibilidades de enriquecimento do trabalhador estão na Economia Política clássica, ela também uma ideologia burguesa. Karl Marx a enfrenta desenvolvendo a argumentação de que o trabalho (vivo), como única fonte para a valorização do valor, que é a meta da produção de mercadorias, enquanto valor-de-uso, só serve ao burguês. Para o trabalhador, a sua força de trabalho é apenas valor-de-troca, ou seja, a possibilidade de ter um salário que lhe permita o acesso a mercadorias necessárias para a sua existência. O produto realizado pelo trabalho, assim como o valor que este gera, são apropriados pelo capitalista. Isto acontece sempre em uma relação de exploração, uma vez que a parte do valor produzido de que se apropriam os trabalhadores é sempre inferior àquela com a qual contribuíram para o processo. Então, todo progresso nas forças da produção como tecnologia, meios desenvolvidos de divisão e comunicação (ou no caso da fonte supracitada, a legislação social) enriqueceriam ao próprio capital, na medida em que este é uma “antítese” do trabalhador, que o confronta sempre enquanto um poder alienador. O trabalhador pode ter eventualmente mais acesso a mercadorias (diga-se de passagem, que é ele mesmo quem produz), e talvez isso possa ser entendido como enriquecimento, mas o quadro impresso pelo capital é um em que uma maior produtividade só pode significar acentuação da exploração.

Mas a construção da nacionalidade carrega outros sentidos burgueses, que destacaremos a seguir. A operação ideológica de valorização do trabalho está essencialmente ligada à consolidação de uma ordem burguesa no país, que acontece em função da expansão da produção europeia a partir da metade do século XIX, embalada pela Segunda Revolução Industrial. Países como o Brasil respondem aos centros capitalistas, sobretudo à Inglaterra, como fornecedores de matérias-primas e compradores dos produtos industrializados. A importação do capital acumulado nas potências também faz parte do mesmo processo. Este capital era empregado na construção de uma infraestrutura (meios de comunicação, transporte, urbanização, saneamento, etc.) capaz de atender melhor às exigências da circulação de mercadorias impostas pelo circuito capitalista. O Rio de Janeiro, por exemplo, precisava modernizar seu cais, que não tinha capacidade de receber navios maiores, o que tornava o transbordo muito lento, além de renovar as suas ruas estreitas que dificultavam a conexão entre o porto, as linhas férreas e os estabelecimentos comerciais. A cidade do jeito em que se encontrava nas primeiras décadas da república era um entrave ao seu pleno desenvolvimento econômico. Essa adequação exigida causou profundas mudanças em diversas sociedades ao redor do globo, na medida em que diversos aspectos das sociedades europeias necessitavam ser aplicados. No Rio de Janeiro, a Reforma Pereira Passos é uma das expressões

mais emblemáticas de tal necessidade.

Não somente os portos e a disposição física da cidade deveriam se modernizar, mas a sociedade como um todo, o que inclui a base da qual ela se constrói, a classe trabalhadora. Os padrões burgueses passam então a enfrentar antigos modos-de-vida, costumes e pensar, transformando-os com violência na sua busca de criar os homens adequados à sua ordem.

Na segunda metade do século XIX temos um contínuo avanço de relações capitalistas de produção que estavam por substituir a escravidão. O assalariado, o sabemos desde Marx, além de “livre” para vender sua força-de-trabalho, deve também estar “livre” de ser um proprietário no campo e, por isso, concomitantemente à progressiva supressão do trabalho escravo, temos leis que regulamentam o acesso à propriedade da terra ao pequeno agricultor. O regime instaurado em 1889 tem como seu projeto político mais urgente a transformação do homem livre em trabalhador assalariado. Além da expropriação e de outras ações coercitivas, o processo de enquadramento do trabalhador no mercado de trabalho capitalista dependia também, e este o ponto que nos interessa mais de perto, de uma nova ideologia do trabalho.

Emerge durante esse processo a necessidade de combater a tradicional rejeição pelo trabalho manual na qual a classe dominante desde os tempos coloniais se comprazia para a sua distinção, prestígio e domínio sociais. Para a concretização da disponibilidade da força-de-trabalho necessária ao capital (esteja ela empregada ou não), no nível ideológico a desassociação do trabalho com trabalho de escravos era promovida, (o que incluía também a negação de diversos elementos da cultura africana, como a religião). A imigração no país, inclusive, é envolta na concepção de que os europeus possuíam, além de virtudes técnicas não desenvolvidas entre os brasileiros, maior disposição física e cultural para o trabalho. Os europeus responderiam melhor ao ideal que se impunha à base da sociedade e, mais do que isso, promoveriam entre os brasileiros os “altos valores” da sociedade europeia, além de, é claro, serem os braços que faltavam por aqui.

A transformação almejada pela nova elite republicana e pela tradicional burguesia cafeeira é a “regeneração”, palavra usada por cronistas da época. Para Sevcenko, a “regeneração” nasce em função do porto e da circulação de mercadorias, subentende o saneamento e a higienização do meio ambiente, se estende pelos hábitos, costumes, abrangendo o próprio modo de vida e as ideias, e organiza de modo particular todo o sistema de compreensão e comportamento dos agentes que a vivenciam.⁵ Assim, procura-se uma transformação do homem brasileiro, algo que se manifesta, por exemplo, no combate à vadiagem cujos símbolos são o boêmio e o violão, que serão execrados na imprensa por não serem correspondentes à civilização que se pretendia instaurar por aqui. Trata-se

5 Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.

de um suporte ideológico de um processo coercitivo de enquadramento à uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, destinado também àqueles não absorvidos pela esfera produtiva (que são essenciais para o sistema, à medida que concorrem para o rebaixamento dos salários). O índio e o caboclo também traziam horror e vergonha a essa sociedade que se espelhava em Paris. O estigma da preguiça, presente no ideário estrangeiro sobre o país era outro elemento a ser expurgado. Temos então, do lado de uma necessidade por uma melhor organização da cidade (seus portos, ferrovias e ruas) e de seu embelezamento (as obrigações do seu bem-vestir, a vergonha do índio), a propagação de uma série de valores necessários à formação de uma população adequada ao trabalho sob o capital. Não só os hábitos no momento do trabalho, mas também outras esferas da vida como o amor e o lazer sofrem intervenção para que se produzisse um novo homem.

Esse conflitivo processo pode ser apreciado em formulações da década de 1910 e 1920, que se dirigiram aos sertões como núcleo da "brasilidade", confrontando concepções modernas de vida com aquela que tinham "caboclos" e "caipiras". Grande parte desta construção simbólica foi realizada pelo Movimento Sanitarista⁶, que construiu, com grande penetração em diversos espaços, um sentido de nacionalidade para o país que, visto apenas como "*um conglomerado de províncias não integradas*", ainda não era considerado uma nação. Entendendo que a doença é o principal problema do Brasil e o traço distintivo do brasileiro, intelectuais articulados em torno deste movimento propagaram a saúde como um evangelho, que seria a chave para uma "*nova organização nacional*". Voltando os olhos para o interior, via-se que eram nos sertões que estava a verdadeira raiz da nacionalidade brasileira e portanto era mister integrar o sertanejo ao projeto de construção nacional através do saneamento, a questão nacional por excelência que conquistava as primeiras páginas dos periódicos. Aliás, para Santos, é justamente por oferecer uma ideologia da nacionalidade que o Movimento teria tanta força, atraindo as classes médias (incluindo o tenentismo) e agitando a imprensa⁷.

Observando essa questão, vários autores elegeram como emblemática a estória do Jeca Tatu desenvolvida por Monteiro Lobato. O escritor de Taubaté desenvolveu uma história em que o caboclo, livre de doenças típicas do meio rural, passa a ser um homem disposto e economicamente próspero, se tornando um fazendeiro mais competente que seu vizinho italiano. Isto é, de um

6 Como Movimento Sanitarista entendemos principalmente as ações realizadas pela Liga Pró-Saneamento, criada em 1918. Como pontos de partida fundamentais para sua criação, temos os relatórios de expedições médicas realizadas por Artur Neiva e Belisário Pena. Estes sanitaristas visitaram em 1912 regiões da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás, tendo publicado sobre o tema em 1916. O principal órgão de divulgação das ideias da Liga era a revista Saúde

7 Santos, Luiz Antônio de Castro. "O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade". *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985. E Lima, Nísia Trindade; Hochman, Gilberto. "Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República" in Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

brasileiro típico porque assolado por doenças, Jeca Tatu sofre as ações de saneamento engendradas pelo Estado brasileiro, iniciativa que incorpora aquele “cidadão” perdido nos rincões do país à vida nacional.

O que é importante a ser observado aqui é como essa construção da nacionalidade articula um projeto autoritário e paternalista para setores subalternos da sociedade, tendo o “trabalho” como eixo. Um bom indicativo é observar como o autor de Taubaté lidava com o tema em outros escritos. Quando Lobato se lamentava do entrave ao progresso nacional que era o caboclo, pensava na sua inaptidão para o trabalho: este vendia na feira apenas uma ou outra coisa que poderia recolher sem esforço pelos caminhos em que passava, e tinha com esse mesmo gesto o suficiente para a sua subsistência.

“Da terra fértil extraem, quase sem nenhum trabalho, o bastante em caça, frutos e cereais para viverem vida frugal e indolente. Representam o tipo do pequeno produtor-consumidor, vegetando ao lado do grande produtor fazendeiro”⁸

Para Lobato, uma terra hostil, produziria um povo melhor porque mais laborioso. É abundante em “O problema vital” sua preocupação com a produtividade econômica, em especial da lavoura, comprometida pela doença dos trabalhadores rurais (estes que seriam o “cerne das nacionalidades”, “a melhor riqueza das nações”):

“Deste depercimento progressivo da população defluiu nosso craque econômico. As lavouras organizadas, como a do café, entanguem-se no desespero da falta de braços, mal se interrompe a corrente da imigração europeia.

Braços! Braços! Há fome de braços. Um país de 25 milhões de habitantes não consegue fornecer braços para a lavoura do café, lavoura que produz menos que uma das grandes empresas açucareiras de Cuba.

É que os braços estão aleijados.

Há os de sobra, mas ineficientes, de músculos roídos pela infecção parasitária, o que obriga a lavoura ao ônus indireto de importar músculos europeus, ou chins, ou japoneses – o que haja, contanto que seja carne sadia e não fibras em decomposição.

Entretanto, a solução definitiva do problema eterno da lavoura quem a dará é a higiene.”⁹

É muito ilustrativa a carta que escreve para seu amigo Godofredo Rangel. A forma com que os agregados de sua fazenda lidavam com a produção lhe irritava. Está manifesto aqui o choque entre duas formas de lidar com a natureza e com a própria vida:

“Começo a acompanhar o piolho desde o estado da lêmdea, no útero de uma cabocla suja por fora e inçada de superstições por dentro. (...) Havia uma gameleira colossal

8 Lobato, Monteiro. “Urupês” IN: *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

9 Lobato, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo, Brasiliense, 1972 p. 132

perto da choça. Pois ele derrubou-a com três dias de machado – atorou-a e dela extraiu uma gamelinha de dois palmos. Como aproveitou a gameleira, assim aproveita a terra. Queima toda uma face de morro para plantar um litro de milho. O piolho, afugentado, vai parasitar um chão mais virgem adiante.”¹⁰

Lima nota que, mesmo antes de Lobato, cronistas e contistas viam a ociosidade e a preguiça como as características mais fortes do caboclo, ao lado da ignorância e do isolamento¹¹. O progresso viria apenas com a assimilação de uma outra mentalidade para o trabalho, marcada com a noção de produtividade. Mas essa é uma exigência do capital, do valor que necessariamente deve ser valorizado, e que para tanto procura instaurar seu círculo produtivo vicioso, não somente através da produção de massas de despossuídos, mas também de uma necessária ideologia que oriente os homens.

Com o desenvolvimento da consciência sanitarista, Lobato formulou para si o “dilema: doença ou incapacidade racial”, acreditando ser o primeiro elemento aquele que encerrava de forma cabal a questão. O papel da saúde que vários grupos sociais reclamavam para toda a população é justamente o de produzir um novo homem, algo que a “inerência” da cor da pele parecia não permitir. A estória da ressurreição do Jeca serve justamente como parábola para ilustrar essa possibilidade. Sobre ela, a historiadora Nísia Lima sublinha que

“de particular importância, a meu ver, é o fato de a ressurreição do Jeca Tatu implicar a superação da mentalidade tradicional do caboclo, que não se interessava mais em trabalhar apenas para viver.”¹²

É essencial aqui entender que essa é justamente uma das invenções do capital, que subsumi o trabalho para fazer dele algo maior do que a vida.

Novamente a autora:

“Da mesma forma, a prosperidade não implicara comportamento de cigarra, encontrando-se o Jeca regenerado igualmente distante de uma vida de prazeres e ócio, assumindo a previdência como um valor básico. A higiene parece, assim, representar um papel equivalente ao da ética protestante de que nos fala Weber”

Ora, como vimos, o ideal hegemônico, para fazer referência à fábula trazida pela autora, é o comportamento de formiga. Logo, não é exatamente a previdência que Jeca assume como valor básico: Na estória, o remédio que o sanitarista dá ao caipira lhe provê forças e suspende sua preguiça. Abre assim o espaço necessário para que Jeca oriente a sua vida em torno do nobre objetivo de se tornar rico. O logro é retumbante: Jeca se torna um homem moderno, um *farmer*

10 Lobato, em correspondência enviada ao amigo Godofredo Rangel, em 1914. Apud.

11 Lima, Nísia. *Um sertão chamado Brasil*. Editora Revan, 1999 p.134

12 Idem.

empreendedor que só passa a pensar em “*melhoramentos, progressos, coisas americanas*”. Investe no aprendizado do inglês e em várias tecnologias que lhe permitem grande controle e mando nos seus empregados, parecendo realizar assim o frustrado sonho de fazendeiro do próprio Lobato.

Ainda sobre a citação de Lima, considero que se tem algo que parece representar um equivalente da ética protestante é mais propriamente a ética do trabalho. Diante do exposto, então, acredito ser necessário um certo deslocamento no nosso olhar sobre essas ideias em voga nos anos 1910. A ênfase da historiografia na doença como constituinte da nacionalidade brasileira e na saúde como elemento chave para sua superação, muito embora correta porque correspondente ao que colocavam intelectuais da época, pode deixar à sombra um outro sentido de nacionalidade e os meios para a sua construção que estavam em processo no pensamento político nacional, do qual esta segunda década do século é apenas um momento. Ela significa a centralidade de uma concepção de trabalho que se irradiava com o desenvolvimento do capital no país, como ficará mais claro no discurso do Estado Novo.